

## O Jornalismo Sindical no Contexto da Reforma Trabalhista e no Confronto da Precarização do Trabalho<sup>1</sup>

Adriana Cristina Alves do AMARAL<sup>2</sup>  
Universidade Metodista de São Paulo

### RESUMO

Este artigo origina-se da tese da dissertação homônima defendida no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, em 2020. Buscamos mais compreensão sobre o papel da comunicação sindical no contexto da difusão e discussão de informações relativas ao universo laboral, relacionando-a aos conceitos de Hegemonia e Mídia Radical. Partimos do debate em torno da Reforma Trabalhista, durante o governo do então presidente Michel Temer, relacionando-o ao processo de precarização do trabalho. Nosso estudo se debruçou sobre três jornais sindicais: *Folha Bancária*, *Voz Comerciária* e *O Metalúrgico*, no período que compreendeu a análise e votação do projeto de Lei da Reforma Trabalhista, pelo Senado Federal à efetivação da Legislação Trabalhista vigente (Lei 13.467/2017).

**Palavras-chaves:** jornalismo sindical; contra-hegemônica; mídia radical; reforma trabalhista; precarização do trabalho.

### INTRODUÇÃO

Norteamo-nos para a identificação da opinião e posição dos sindicatos dos Bancários, Comerciários e Metalúrgicos, em suas bases na cidade de São Paulo, seguindo as diretrizes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Força Sindical, respectivamente. Buscamos compreender como, a partir das estratégias de ação, comunicação e mobilização veiculadas nas páginas dos jornais, as informações foram transmitidas ao trabalhador a partir da investigação das principais características individuais, diferenças e semelhanças da abordagem — à luz do conceito de Mídia Radical —, buscamos entender por que as ações sindicais não foram suficientes para mobilizar os trabalhadores a ponto de impedir que as mudanças na legislação fossem aprovadas, contribuindo para o processo de precarização do trabalho no Brasil.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela UMESP – Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: adriaral@gazeta.ws.

---

Lembramos que a Reforma Trabalhista foi pauta comum nos jornais sindicais analisados que, na época, eram direcionados a cerca de 200 mil trabalhadores. Nossa hipótese é a de que faltou clareza sobre o posicionamento do movimento sindical brasileiro durante todo o processo da Reforma Trabalhista 2017, e nosso corpus de análise foi composto por 17 capas e 61 páginas publicadas pelos três jornais entre os meses de março até a entrada em vigor da lei, em 11 de novembro de 2017, seguindo a proposta da Bardin (1977).

Contemplamos uma revisão de literatura sobre conceitos teóricos que julgamos nortear nosso estudo, a partir do conceito de Hegemonia, de Gramsci, inserindo-o na área da Comunicação a partir de sua relação com conceitos de mídias alternativas e comunitárias, focando, especificamente, no conceito de Mídia Radical, de Downing (2004), explorando também o conceito de intelectual-orgânico. Inserimos uma breve contextualização histórica sobre a questão política do trabalho no Brasil: da organização sindical, a construção dos direitos trabalhistas e da comunicação, acompanhamos a evolução do movimento sindical brasileiro, a partir da Sociologia do Trabalho e Teorias de Comunicação Sindical. Finalizamos com a análise de conteúdo realizada a partir de cinco categorias pré-fixadas: resistência, identidade, participação e mobilização, militância política e a voz do trabalhador.

### **1.1 Da Contracomunicação à Nova Cultura Hegemônica**

No recorte deste estudo, buscamos compreender o papel dos jornais sindicais em oposição ou complemento aos meios de comunicação de massa, por entendermos que a contracomunicação está diretamente associada e é construída ao longo da evolução da indústria cultural<sup>3</sup>, relacionando-se com a ordem econômica. As diferentes expressões comunicacionais contribuem assim para a elaboração de novos discursos coletivos enquanto a difusão dessas informações podem gerar conscientização e engajamento para alterar a realidade laboral, comunitária e social.

A leitura de John D.H Downing nos fez compreender o conceito de Mídia Radical, que fundamentamos neste estudo por meio do conceito gramsciano de hegemonia até concluirmos com o papel do intelectual-orgânico. Gramsci pressupõe que os intelectuais orgânicos se formam dentro do grupo social ao qual pertencem, mas originam-se ao longo de um processo cultural anterior, numa "continuidade histórica

---

<sup>3</sup>A indústria cultural brasileira está associada à Escola de Frankfurt e aos pensadores alemães.

---

que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e raciais modificações das formas sociais e políticas" (GRAMSCI, 1982, p. 5).

Nosso desafio foi direcionar este estudo para promover o entendimento sobre as ferramentas de perpetuação, analisando como se constrói e a quem serve a cultura hegemônica e como se rompe com ela. Investigamos o papel do intelectual nesse contexto, focando nos profissionais de Jornalismo. Refletimos sobre como a ampliação da atuação deste profissional, e também com o advento das novas tecnologias, abriu novos espaços de informação, articulação, mediação e construção de uma nova hegemonia na Esfera Pública<sup>4</sup> virtual.

O conceito da hegemonia foi elaborado nas primeiras décadas de 1900, por Gramsci, que estudou as relações interclasses e a luta pela promoção do trabalhador, a partir do pensamento marxista, quando as relações de trabalho levam à relação desigual, quando há dominação entre as classes. Constatamos com ele que as relações de subordinação podem ser culturais, mas geralmente se faz por meio do poder, seja ele social, cultural, político ou econômico.

William (2011) tomou para si as leituras de Gramsci e formulou as próprias ideias, sobretudo a partir da análise na relação entre a formação cultural pelos processos de desigualdade. Para ele, as culturas se sobrepõem e a revolução cultural "trabalha" na transformação e, ao alterar o modo de produção, "abarcaria, simultaneamente, os processos e as condições de uma emancipação humana" (WILLIAMS, 2011, p.350).

Internalizando para a realidade local, Fadul (1982) defende a promoção do diálogo entre as áreas da ciência na tentativa de ampliar o debate das teorias dos meios de comunicação "com ênfase na teoria política, evitando uma visão estática que cerceia o domínio do conhecimento". Silva (1982) completa que os "meios de comunicação são os instrumentos mais utilizados pelos detentores do poder econômico e político", lembrando a dificuldade na construção de novos discursos, pela contrainformação. Desafio que se inicia com a criação de instrumentos de "difusão ideológico cultural" que sejam acessíveis entre as "classes subalternas", quando é preciso discutir o papel do indivíduo/trabalhador em seus locais de trabalho e organizações. O que corrobora aos autores citados ao longo deste artigo, que sinalizam o papel social e transformador da comunicação contra-hegemônica.

---

<sup>4</sup> Conceito de Juergen Habermas.

---

Compreendemos como os aparelhos ideológicos de resistência se apropriaram das técnicas de difusão de comunicação de massa para "irradiarem coletivamente seus respectivos discursos dominantes", ampliando "uma parcela mais ampla da população que seu próprio subsistema cultural não alcança" (MADRID, 1982, p.47). Com Marcondes Filho (1982), verificamos que a contracomunicação remonta ao final do século 18, nas fases iniciais do movimento operário europeu e segue como forma de comunicação difundida em meados do século 20, apesar da dificuldade de se contrapor à indústria cultural que "interpenetra todo os espaços", dificultando as reações, pode gerar, a partir da luta de classes, uma nova consciência. Com Flusser (1982), questionamos se a contrainformação é um elemento ou uma oposição ao sistema da comunicação, se seria o fim desse modelo ou início de outro?

## 1.2 Mídia Radical

Uma proposta de resistência, liberdade e articulação de vozes, o desafio da contracomunicação é difundir conteúdos de informações que vão além do pensamento hegemônico, suas diretrizes e façam sentido em comunidade. Para entender melhor, partimos do conceito de mídia radical, formulado por Downing (2001), ampliado depois por ele para mídia dos movimentos sociais: mídia social e estrutural.

A técnica ou veículos são meios e não definem a comunicação, apesar de fazerem parte dela, entende o autor ao defender "uma visão antropológica da mídia"<sup>5</sup>. Ele ainda afirma que expressões não convencionais e populares formam a base de uma "comunicação entre pessoas ativas", com entrelaçamento das manifestações midiáticas.

Enquanto a mídia comercializada incorpora/deturpa valores manifestados originalmente nos movimentos populares, a mídia radical alternativa expande a sua difusão a partir dos limites impostos exatamente pela cultura hegemônica. A mídia radical não existe para distinguir o certo ou o errado, mas permite a participação dos grupos excluídos nas decisões, num processo em que as pessoas são agentes de transformação ou consolidação do pensamento hegemônico.

Para refletir sobre a mídia tradicional frente aos demais modelos comunicacionais atuais, recorreremos à Peruzzo (2006) para contextualizar que as diferentes expressões da comunicação popular, alternativa e comunitária avançam e

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida à Patrícia Wittenberg Cavalli, pesquisadora do Observatório Mídia Regional - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Artes - Universidade Federal de Pernambuco.

---

retrocedem a partir do contexto histórico. A autora esclarece que a comunicação popular tem caráter coletivo e mobilizador, confundindo-se com a popular, enquanto a comunicação alternativa teria um caráter mais dialógico.

Afirmando que a comunicação comunitária é um "chamamento político", Paiva (2007) observa o caráter envolvente de quem trabalha, debate e teoriza, chamando a atenção para o que considera uma "simbiose entre os que fazem e os que pensam novas demandas", por meio da articulação da sociedade com reconhecimento dos direitos.

### **1.3 Intelectuais orgânicos**

E onde são formados os intelectuais orgânicos nesse contexto? Para avaliar o papel do jornalista como intelectual orgânico e sua responsabilidade com a comunicação ampliada recorreremos à Gramsci (1982, p.164), que entende que "é dever da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais que existem e se formam num país". Ele refere-se àquele que se forma no processo de desenvolvimento de uma classe social (ativista), explicando que cada grupo social gera camadas distintas de intelectuais, que são influenciados com o desenrolar da história e influenciam as demais.

A partir disso, podemos afirmar que os dois tipos de intelectuais desempenham papéis decisivos para a formação da cultura hegemônica e construção de uma nova hegemonia. Ao gerar conhecimento e reflexão, o intelectual orgânico pode alterar modelos de relacionamento e subordinação. Dependendo das suas atividades, motivação e pensamento, o intelectual tradicional pode perpetuar o pensamento hegemônico.

Leal Filho (1982) aborda a questão do "jornalismo doutrinário", envolto ao monopólio econômico, esta transforma a informação em mercadoria. Universo onde o jornalista profissional está inserido, enquanto Fígaro (2016) lembra que é função do jornalismo estar no centro dos debates, sejam eles sociais ou acadêmicos, lembrando que as novas tecnologias nada mais são do que produtos da atividade humana. Para ela, as relações da comunicação com o trabalho devem ser analisadas na perspectiva de "comunicação e trabalho como unidade constitutiva da atividade humana, capaz de revelar os valores com os quais se constrói a sociedade" (posição 6635).

### **1.4 A Indústria Comunicacional**

Três autores debruçaram-se sobre a indústria jornalista na contemporaneidade. Enquanto Moraes (2013) expande o debate para o sistema midiático de "poder

desmaterializado, penetrante, invasivo, livre de resistências físicas e territoriais”, que reproduz a ordem do consumo e hegemonias constituídas e que pode ser operados à distância e tem no advento do "bigdata"<sup>6</sup> um aliado na identificação de tendências que direcionam os negócios midiáticos em suas ramificações econômicas, Ramonet (2013) defendem a árdua tarefa de dissociar os meios de comunicação dos interesses privados, e Serrano (2013) questiona sobre a democratização da mídia, considerado o quarto poder que extrapolou os demais por não ter oposição estabelecida como os demais poderes.

Moraes e Ramonet (2013) concordam que a informação é um negócio por trás da comunicação, e Serrano avalia a “pseudo” liberdade da imprensa do discurso antagônico.

O advento do jornalismo digital trouxe novos elementos para esse universo que além das tecnologias abriu espaço para novos atores da informação, amadores ou profissionais. Ramonet (2013) sugere um quinto poder a partir das mídias sociais, o que considera factível de se realizar graças às mídias digitais. O que, para Moraes (2013), corrobora para a reflexão sobre o uso contra-hegemônico das ferramentas digitais, identificando "brechas" a serem exploradas a partir da crítica, que reivindica "o pluralismo e o valor das histórias e culturas". Serrano (2013) pondera que a internet "fala" ao mundo e cria bolhas; ao mesmo tempo, populariza a comunicação e expõe a desigualdade digital; dá voz aos meios alternativos e renova os meios tradicionais.

### **1.5 Trabalho: da Organização aos Jornalistas Sindicais**

Foi só com o fim da escravidão, há pouco mais de um século, que as relações do trabalho passaram a ser discutidas no Brasil. O movimento sindical iniciou-se entre os brasileiros em consequência ao novo modelo econômico e político nacional, inspirado no anarcosindicalismo, com a manifestação dos imigrantes europeus. Atualmente, a representação sindical resiste apesar da dificuldade de subsistência dos sindicatos, num reflexo do processo de Precarização do Trabalho gerado da política neoliberal vigente, sendo impossível entender a desconstrução dos direitos trabalhistas sem passar pelos ganhos e perdas vivenciadas pelas lideranças. Luta dos trabalhadores que se refletiu, na transição dos séculos XIX para o XX, pelo “conflito entre o Capital e o Trabalho”.

---

<sup>6</sup> Contagem de informação a partir de acessos e análises.

Enquanto a classe operária europeia ganhava poder de pressão no início dos anos 1900, apenas três décadas depois os sindicatos foram declarados, por lei, órgãos de colaboração com o estado. Rodrigues (1979) nos lembra que o Brasil vivenciava um sindicalismo enfraquecido com a migração do modelo rural para industrial e “o trabalho livre se restringia a algumas categorias urbanas, que, desprovidas de qualquer amparo, numa sociedade patriarcal de bases rurais, se organizam para fins de defesa mútua” (RODRIGUES, 1979, p.6). Nesse cenário “surgiram as primeiras lutas operárias no Brasil” (ANTUNES, 2003, p.48), mas, com a crise mundial de 1929, o país sofreu com a queda do preço do café motivado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. “Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava com um cataclismo, imposto de fora para dentro” (FURTADO, 1979, p.166), e com ele, de acordo com Braga (2015), surge o fenômeno do “precariado”. Ou seja, muito antes de a definição ser trazida à realidade dos anos 2000.

As relações políticas e sindicais foram tomando forma ao longo das décadas, com avanços e retrocessos, sendo intensificadas nas gestões do presidente Getúlio Vargas. Segundo França (2014), “se o reconhecimento dos sindicatos pelo governo era uma reivindicação de anos de movimento popular brasileiro, este veio junto com o monopólio da representação e com a tutela estatal” (FRANÇA, 2014, posição 1418).

Presidentes civis alternaram-se no poder até que no dia 2 de abril o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, decretou vago o cargo de Presidente da República. Foi o início da ditadura militar, que vigorou a partir de 1964, quando as altas taxas de crescimento econômico entre os anos de 1968 e 1975, “somadas à repressão operária, deslocava as tensões classistas para o interior das fábricas” (FRANÇA, 2013, posição 3001). Braga (2012), contudo, lembra-nos ter sido um período de duras negociações com o governo, que negociava “alterar aspectos da legislação trabalhista”.

A década de 1980 foram tempos de perseguição política, em que a “rebeldia do trabalho resultava da ação de perseguição de dirigentes sindicais pelo novo regime, associada à intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos” (BRAGA, 2021, posição 2734). Em contrapartida, cresce a representatividade política sindical até que “no Brasil, décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória de Lula em 2002” (BRAGA, 2015).

Com a democratização do Brasil, Leôncio Martins Rodrigues (2003) aponta “importantes alterações no quadro político”. “O sindicalismo brasileiro elevou-se à



---

condição de um ator estratégico no tocante ao desenvolvimento do país” (FRANÇA, 2014).

Baseamo-nos nas ideias de Braga (2015), para salientar a importância da resistência dos trabalhadores e da organização da luta sindical na construção dos direitos laborais, que avançaram em conquistas sociais para a sociedade brasileira. Embora o movimento sindical não tenha conseguido resgatar o seu papel histórico de protagonista, principalmente após a prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2018.<sup>7</sup> Afinal, “o advento do neoliberalismo no Brasil transformou as relações trabalhistas, assegurando uma correlação de forças acentuadamente favorável aos portadores do capital financeiro” (BRAGA, 2015, posição 3588).

A mobilização dos trabalhadores não foi capaz de frear a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017. “Mais de cem pontos foram modificados ou acrescidos pela Lei 13.467/2017, e, entre estes, apenas uns poucos favoráveis ao trabalhador” (CASSAR, 2018, p. 5). O Brasil avançou, assim, o processo da flexibilização das relações trabalhistas, que soma à retração salarial à subsistência social, retratada na precarização laboral e que, como definiu Standing (2019), fez surgir a “classe perigosa”.

Braga (2012) expande o conceito de precariado justificando a necessidade de uma análise social. Segundo ele, os trabalhadores estão “aprisionados no remoinho da precarização do trabalho que a acompanha” (BRAGA, 2012, p. 11). Para Rosso (2017), trata-se de uma “mudança de rótulo” para justificar a migração para o modelo econômico criado nos anos de 1980 como capitalismo neoliberal que, concordamos com Standing (2019) desvincula “a identidade baseada no trabalho”, a partir da sensação do não pertencimento e “memória social”.

Finalizamos esta questão recorrendo a Braga (2012, p.19) que define o precariado como “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas”, partindo para discussão de como essa realidade impactou no trabalho da imprensa social e do jornalista sindical.

## 1.6 A Imprensa Sindical

---

<sup>7</sup> Lula foi solto em 2019, após 580 dias detido em cela especial na Polícia Federal, em Curitiba, Paraná.



---

O primeiro jornal anarcosindical brasileiro era escrito em italiano, *Avanti!*, fundado em 1900 como uma ferramenta dos socialistas. Com Ferreira (1987), entendemos que a função da imprensa sindical é informar, organizar e politizar o trabalhador brasileiro. "É essa imprensa que, até 1930, não apenas sustenta a organização do movimento operário, mas desbrava os difíceis caminhos do exercício da cidadania para a sociedade brasileira em geral" (FERREIRA, 1987, p.88).

O jornalista sindical no Brasil é jornalista profissional e como toda a categoria também enfrenta a retração do mercado e a precarização das relações trabalhistas. Apenas entre os anos de 2013 e 2018, de acordo estudo do Diesse – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realizado para o AJSP – Sindicato dos Jornalistas de São Paulo<sup>8</sup> perdeu 20% dos postos de trabalho, gerando retração salarial. Com a Reforma Trabalhista, o jornalismo sindical também foi afetado.

Corroboramos com Giannotti de que existem importantes semelhanças e diferenças entre o jornalismo e a prática do jornalismo sindical, que é "jornalismo dirigido a um público bem definido. Jornalismo para uma classe, seu estilo, sua cultura, seu futuro e, conseqüentemente, sua escrita particular (GIANNOTTI, 1988, p.10). Uma ferramenta de comunicação que pode ir do micro ao macro" (SANTIAGO; GIANNOTTI, 1997, p.20).

Araújo (2009) instiga atenção acadêmica para a "questão do jornalismo no âmbito das redações sindicais" alertando para a pluralidade das modalidades de comunicação utilizadas pelos sindicatos. Tanto ele quando Momesso (2013) alertam para a conflituosa relação que o jornalista sindical enfrenta em seu local de trabalho, demonstrando que a dinâmica da comunicação sindical confunde-se com a prática sindical que o idealismo costuma perfilar as relações profissionais com a liderança.

### **1.7 Jornais Sindicais no Processo da Reforma Trabalhista**

Como ferramentas de mobilização, os jornais sindicais muitas vezes são a única alternativa de informação escrita que o trabalhador tem acesso. Além disso, os periódicos fazem um contraponto à imprensa hegemônica ao debaterem temas do universo laboral e pautas relacionadas. Veículo oficial do sindicato, eles garantem

---

<sup>8</sup> ZOCCHI, Paulo. Perfil dos Jornalistas em São Paulo: Emprego encolhe. Profissionais do Estado de São Paulo. Publicado em: 28 jan. 2020. Disponível em: <http://www.sjsp.org.br/noticias/perfil-dos-jornalistas-em-sao-paulo-emprego-encolhe-a07f>. Acesso em: 4 mar.2020.

---

informação gratuita e distribuída de mão em mão, extrapolando o universo dos sindicalizados fazendo chegar à comunidade onde o trabalhador está inserido.

Estudamos, a partir da análise de conteúdo proposta pela Bardin (1977), os jornais do Sindicato dos Bancários, Comerciários e Metalúrgicos, publicados entre a análise do projeto de Reforma Trabalhista, pelo Senado, até a aprovação da Lei no 13.467, que entrou em vigor em 11 de novembro do mesmo ano. Avaliamos 31 edições, sendo 17 capas e 61 páginas dos periódicos *Folha Bancária*, *Voz Comerciária*, *O Metalúrgico*, a partir de cinco categorias de análise. Além da análise comparativa, investigamos e buscamos entender como cada um dos jornais abordou a temática da Reforma Trabalhista e a precarização do trabalho.

Os bancários foram à categoria de trabalhadores que mais recebeu notícias sobre a Reforma Trabalhista, pautada em 23 edições e 19 capas da *Folha Bancária*. Os metalúrgicos foram informados ao longo de quatro edições de *O Metalúrgico*, enquanto os comerciários receberam apenas uma edição especial da *Voz Comerciária*, esmiuçando o tema. Analisamos as capas e as matérias internas sobre a pauta comum.

Lembramos que apesar de direcionar informações ao trabalhador, os jornais sindicais têm linhas editoriais distintas. Nossa análise do conteúdo realizou-se a partir das categorias: Resistência, Identidades, Participação e Mobilização, Militância Política e Voz do Trabalhador.

Como Resistência, estudamos como as matérias promoveram e geraram o engajamento. Os três jornais chamaram o trabalhador para a luta, a partir do movimento que ficou conhecido como "Marcha em Brasília", conclamando os trabalhadores a protestarem contra as reformas, inclusive a Trabalhista. Após a aprovação da Reforma Trabalhista pelo Senado Federal, em 11 de julho de 2017, os jornais do sindicato dos Metalúrgicos e dos Comerciários conclamaram a continuar a mobilização contra o que eles chamaram de “perda de direitos” e “desmonte” da legislação trabalhista.

Entendemos por identidade, quando as matérias publicadas geram reconhecimento do leitor-trabalhador pela luta comum. Para isso, os jornais chamaram a atenção para o que eles consideravam os perigos da nova legislação, detalhando o antes e o depois da Reforma Trabalhista, e como a nova lei impacta na vida dos trabalhadores. Imagens dos trabalhadores nas assembleias e manifestações foram divulgadas como recurso gráfico. Também, a diversidade da classe trabalhadora em relação ao gênero,

---

etnias, identidade, trabalhadores com deficiência e o trabalhador como parte importante da sociedade, inclusive em sua relação com o patronato.

Gerar participação e mobilização é o principal desafio dos sindicatos, o que lhes garante a representação e consequência sindicalização e visibilidade para as ações políticas além do custeio financeiro. Verificamos como os sindicatos levaram o debate sobre a Reforma Trabalhista e precarização do trabalho para a discussão da data-base e construção da Convenção Coletiva de Trabalho, ao longo de 2017. Também, como a pauta comum foi utilizada para chamar os trabalhadores para a Greve Geral, realizada no dia 29 de abril deste ano e o chamamento para a população em geral.

Militância política mostra a força ou a fraqueza da comunidade laboral. Na época da discussão da Reforma Trabalhista pouco se falou a respeito na mídia convencional, e os jornais sindicais foram ferramentas de luta política. Recursos midiáticos, como *hashtags* foram criados para dar maior visibilidade às iniciativas políticas das centrais sindicais, dando espaço para os seus presidentes. Inclusive, em parceria com entidades diversas representativas da sociedade civil. Ao longo dos meses, os líderes se aproximaram e se afastaram do presidente Michel Temer, em negociações.

A Voz do Trabalhador pouco apareceu nos jornais sindicais. Os jornais falam sobre o trabalhador, mas pouco espaço é dado para que ele se pronuncie, por exemplo, a partir do recurso do “entreaspas”. Quando o fazem, geralmente a reportagem está associada a um serviço prestado, uma ação sindical ou até mesmo repercutindo eventos realizados pelos sindicatos. Identificamos inúmeras arestas a serem preenchidas para que os jornais sindicais mais do que difundir informações promovam o debate nas suas bases e entre as diferentes entidades e instituições.

### **1.8 Interpretando as Mensagens Lidas pelo Trabalhador**

Com linhas editoriais e políticas distintas, os três jornais analisados dirigiam-se a leitores que vivenciaram o mesmo cenário de insegurança frente ao debate político, que gerou profundas transformações nas relações do trabalho. Constatamos que os bancários tiveram uma cobertura ampla e atualizada, os metalúrgicos foram orientados em momentos decisórios e de mobilização importantes, enquanto os comerciários ficaram carentes de informações, pois foram apenas apresentados à temática da Reforma Trabalhista, no início do processo de análise pelo Senado. Vale ressaltar que os periódicos são apenas uma das ferramentas utilizadas pelos sindicatos e que, no decorrer

do período analisado, sofreram cortes de verba, em consequência da instabilidade vivenciada pelos sindicatos, afetando a periodicidade e distribuição.

Destacamos que o principal papel da imprensa sindical é informar para gerar a conscientização relacionada ao universo laboral, numa discussão que passa pela legislação, direitos e participação política. Identificamos que os três periódicos utilizam técnicas semelhantes, mas não seguem uma linha comum em relação a manuais, enquanto os jornalistas sindicais norteiam-se empiricamente, a partir da negociação com os líderes sindicais, o que nem sempre é fácil ou consensual. Além disso, as tarefas costumam ser seguidas sob demanda e muitas vezes os profissionais trabalham sozinhos, em horários apertados e sem apoio ou condições técnicas ideais.

Em comum, fica claro o discurso de convencimento e até mesmo certo paternalismo utilizados, além de recursos gráficos como charges, tirinhas, fotografias, infográficos, utilização de fontes e cores que facilitam a compreensão, pelo leitor, trabalhadores oriundos de realidades distintas, socialmente falando, o que torna a comunicação padronizada importante, porém dificultada. O trabalhador é voz coletiva e muitas vezes o pertencimento é estereotipado, e os recursos fotográficos buscam retratar a realidade e participação.

Como o ambiente sindical é diverso, neste estudo ativemo-nos aos sindicatos representantes dos trabalhadores, mas não podemos nos esquecer dos sindicatos patronais, que também contam com uma comunicação sindical direcionada para outros públicos. A comunicação sindical, independentemente se patronal ou dos trabalhadores, através dos jornais dos sindicatos, desempenha um importante papel, de caráter contracomunicacional e contra-hegemônico ao gerar engajamento na defesa de uma parcela da sociedade. Por isso, constatamos que se encaixam no conceito de Mídia Radical, mas como jornalista que atuou na imprensa sindical, empiricamente falando, posso afirmar ser impossível para um profissional envolvido na luta pelos direitos do trabalhador não ceder ao entusiasmo ao elaborar um conteúdo, seja manchete ou editorial.

Com a aprovação da Lei 13.467/2017, vigente no Brasil, destacamos que se os sindicatos não conseguiram deter os avanços da precarização do trabalho, acreditamos que a vivência dos trabalhadores e consequências práticas na redução de direitos foi o ponto de partida para novos debates e desafios que se sucederam desde então.

Atualmente, o trabalhador brasileiro entende um pouco melhor o cenário, pois vivencia a precariedade laboral em sua comunidade e até mesmo o desemprego, consequente.

Consideramos que, apesar de as novas mídias digitais estarem sendo priorizadas pelos sindicatos, pela agilidade e redução de custos, o jornal impresso é ferramenta importante de comunicação sindical. Seja em versões “panfleto”, reduzido em uma única página, frente e verso, ou em edições especiais impressas em épocas de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho. De qualquer modo, eles garantem que a informação chegue ao trabalhador, em seu local de trabalho e facilitam a comunicação dos agentes sindicais.

### **Considerações Finais**

Logo após a aprovação da nova legislação trabalhista, o Brasil figurava pela primeira vez, em setembro de 2019, entre os dez piores países para se trabalhar, de acordo com o índice Global de Direitos e as relações de trabalho, no país, passaram a ser monitoradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Refletindo sobre a precarização do trabalho, que avança como prática da economia neoliberal no Brasil, consideramos que as diferentes formas de comunicação, inclusive o jornalismo sindical, são fontes de informação que devem ser valorizadas e repensadas.

Este estudo nos permite afirmar que a eficiência ou não dos jornais sindicais no processo de implantação da Reforma Trabalhista 2017 pode ser discutida, mas não o seu valor como ferramenta de informação contra-hegemônica inserida no contexto da Mídia Radical. Para isso, se faz necessário que haja mais investigação, nas diferentes áreas do conhecimento, somando em interseccionalidade na análise do jornalismo sindical.

### **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

ARAÚJO, Vlademir Caleffi. **O Jornalismo de Informação Sindical**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGA, Ruy. **A Pulsão Plebeia** - Trabalho, Precariedade e Rebeliões Sociais. E-book. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado** – do populismo à hegemonia Lulista. São Paulo: Boitempo, 2015.

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista**. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: Método, 2018.

DOWNING, John D.H. **Mídia Radical**: rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais. Com a colaboração de Tamara Villarreal Ford, Genève Gil, Laura Stein. Trad. Silvana Vieira. 2 ed. São Paulo: Senac, 2004.

DOWNING, John D.H. Entrevista com John Downing. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 38, abril de 2009, quadrimestral. Entrevista concedida à Patrícia Wittenberg Cavalli. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5293/3864>. Acesso em: 20 maio.2020.

FRANÇA, Teones. **Novo Sindicalismo no Brasil**: Histórico de uma desconstrução. E-book. Cortez: São Paulo, 2013.

FIGARO, Roseli. **Comunicação e Trabalho**. Abordagem Teórico-Metodológica para o Estudo do Trabalho dos Jornalistas. Capítulo do livro: Trabalho Artístico e técnico na Indústria Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.

GIANNOTTI, Vito. **O que é Jornalismo Sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Cláudia. **Comunicação Sindical** - Falando para milhões. Petrópolis, Vozes, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora civilização, 1982.

MOMESSO, Luiz. **Comunicação Sindical** – Limites, contradições, perspectivas. Pernambuco: Editora Universitária UFPE, 2013.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, Poder e Contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. [E-book]. Boitempo; Faperj, 2013.

PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Prefácio: Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.133-148.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 20 maio.2020

PLANALTO.GOV.BR. **Reforma Trabalhista**: A LEI Nº 13.467, de 13 DE JULHO DE 2017, alterou a legislação relacionada aos sindicatos a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 6 ago.2019.

---

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2003.

ROSSO, Sadi Dal. **O Ardil da Flexibilidade** – os trabalhadores e a teoria de valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, Eduardo Lins da. (Coor.). **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Cortez: Intercom, 1982.

SENADO NOTÍCIAS. **Brasil está entre os piores países do mundo para trabalhador, aponta debate**. Publicado em: 24 jun.2019. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/24/brasil-esta-entre-os-piores-paises-do-mundo-para-trabalhador-aponta-debate?fbclid=IwAR2LF\\_ZSgv19ggOUUpqfGIYyI2O10bmHj\\_-KQ1Qf3W6F0dSdwErJ-N03SsQ\[1\]](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/24/brasil-esta-entre-os-piores-paises-do-mundo-para-trabalhador-aponta-debate?fbclid=IwAR2LF_ZSgv19ggOUUpqfGIYyI2O10bmHj_-KQ1Qf3W6F0dSdwErJ-N03SsQ[1]). Acesso em 20 jun.2020.

STANDING, Guy. **O Precariado** – A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011. 420 p.